

Lei nº 771/71
de 30 de dezembro de 1971

Implanta um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado no Município.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, Dr. Alcides da Costa Vidigal Filho, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Nos termos da Lei Orgânica dos Municípios, decreto-lei complementar nº 9, de 31 de Dezembro de 1969, a Prefeitura Municipal de Orlandia integra os seus programas de ação em 'plano Diretor de Desenvolvimento Integrado'.

Artigo 2º - Baseado em diagnóstico elaborado pela Prefeitura Municipal, assessorada pelos técnicos do "CEPAM" da Secretaria do Interior do Estado, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) orientará toda a ação do executivo municipal e, especialmente, o planejamento dos investimentos.

Artigo 3º - O executivo determinará e enviará à Câmara Municipal, para discussão e aprovação, as peças de planejamento que deverão integrar o PDDI nos exercícios vindouros.

Artigo 4º - O Município criará, por lei especial, o Conselho

Municipal de Desenvolvimento Integrado.

Artigo 5º - A primeira fase do PDDI, elaborada para 5 (cinco) anos, faz parte integrante da presente Lei, nos termos do anexo que está acompanhando.

§ 1º - Essa fase compõe-se de duas partes: o planejamento prioritário para 1973 e a definição dos objetivos a serem atingidos de 1973 a 1976.

§ 2º - A discriminação dos objetivos, custos e prazos de responsabilidades dos programas de 1973 e 1976, será elaborada até 31 de Dezembro de 1972.

Artigo 6º - Esta Lei, entrará em vigor na data de sua afixação no local próprio.

Prefeitura Municipal de Orlando, 30 de Dezembro de 1971.

Dr. Alcides da Costa Filho, Prefeito Municipal x.

Eu J. Brito, nesta data registrei

Obs. Demonstrativo organizado conforme of. Lei.

Lei nº 772/71

De 30 de Dezembro de 1971
constitui o sistema tributário do Município de Orlando e dá outras providências.

O Dr. Alcides da Costa Filho.